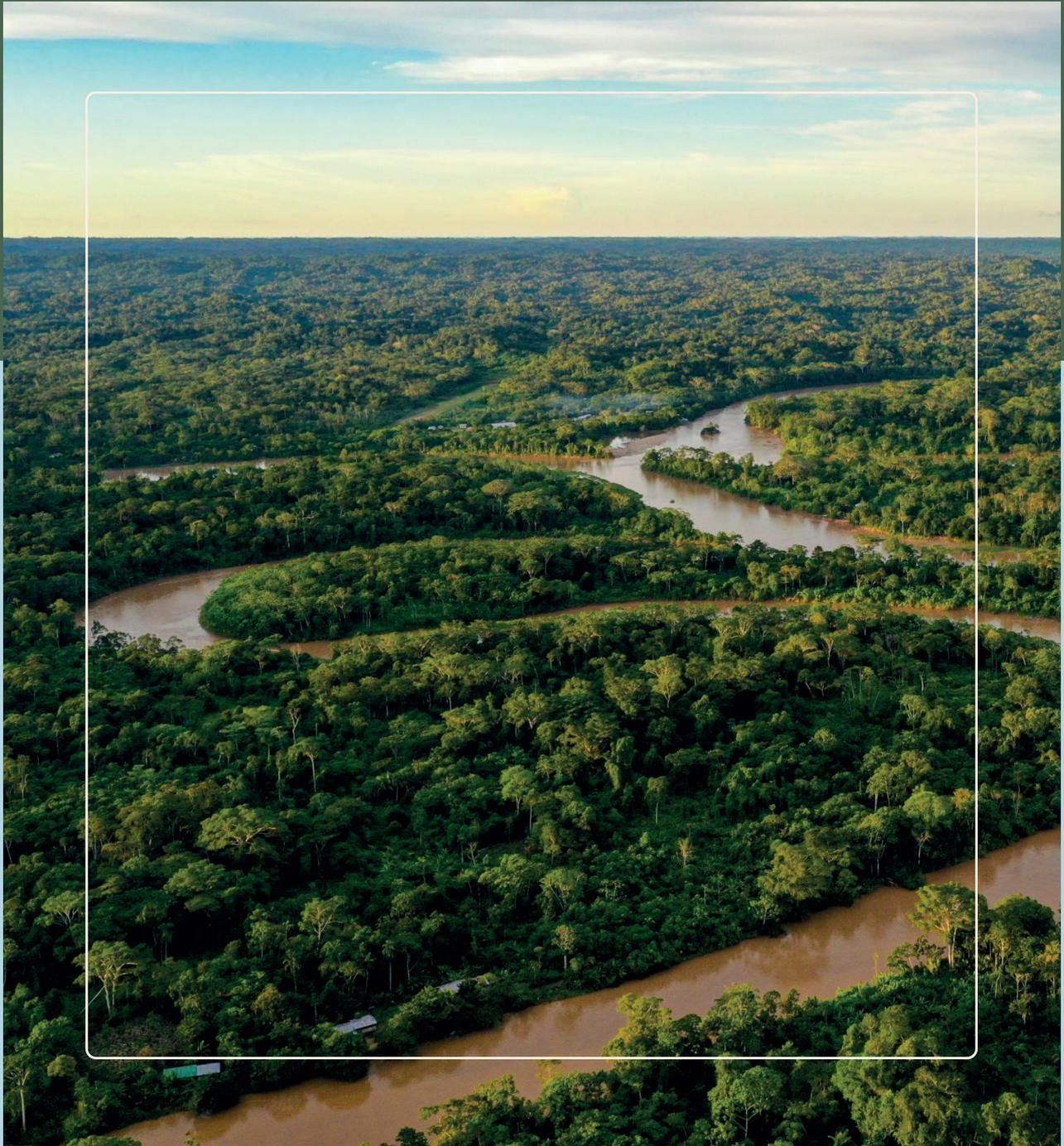


DIPLOMA SUPERIOR

LITÍGIO CLIMÁTICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



**INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS
FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS**



Sobre o Instituto Fray Bartolomé de las Casas



O Instituto de Pesquisas Jurídicas Fray Bartolomé de las Casas (IFBC) tem como objetivo primordial gerar conhecimento crítico que favoreça a exigibilidade e aplicabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), reconhecendo sua interdependência com os direitos civis e políticos e promovendo a eficácia das normas internacionais de direitos humanos que garantem o desenvolvimento progressivo das comunidades.

Por meio de atividades de pesquisa e formação, o IFBC busca contribuir para o reconhecimento e a aplicação dos DESCAs em todos os âmbitos, especialmente no contexto migratório e colonial, defendendo a igualdade e o respeito à dignidade humana. Nesse esforço, colabora com diversos atores para influenciar políticas públicas que assegurem o desenvolvimento sustentável e a proteção dos direitos humanos.

A FIGURA DE FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS

Destacado teólogo do século XVI, Fray Bartolomé de las Casas foi conhecido por sua defesa dos povos indígenas contra a brutalidade dos conquistadores. Ele defendeu o respeito e a igualdade para com o outro e lançou as bases do conceito de direitos humanos, mais de quatro séculos antes de sua declaração universal. Assim como Fray Bartolomé, este Instituto que leva seu nome reafirma a importância central desses direitos para garantir uma vida digna.

O QUE FAZEMOS?

O IFBC se dedica à formação de profissionais, pesquisadores e operadores do direito em temas relacionados aos DESCAs, por meio de grupos de pesquisa, seminários e cursos que fornecem ferramentas para abordar esses direitos em diferentes contextos.

- **PESQUISA:** desenvolvimento e produção de conhecimento próprio, promovendo o estudo interdisciplinar para abordar desafios específicos e propor soluções inovadoras baseadas em evidências, com foco em quatro grandes temas: estruturas judiciais, colonialismo, migração e emergência climática.

- **FORMAÇÃO:** uma proposta acadêmica especializada em suas áreas de pesquisa, com o objetivo de fortalecer e capacitar profissionais, pesquisadores e operadores do direito. Seus cursos e seminários buscam facilitar o intercâmbio de conhecimentos, a aquisição de ferramentas metodológicas e a aplicação de boas práticas.

Ao gerar e disseminar conhecimento próprio, o IFBC fortalece a capacidade regional para enfrentar desafios como a mudança climática, permitindo um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e equitativo, conforme sublinhado pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato si'* e na exortação *Laudate Deum*. Esse compromisso é também o objetivo do Diploma Superior do IFBC em Litígio Climático na América Latina e no Caribe.

O IFBC foi criado pelo **Papa Francisco** em 15 de agosto de 2023, no âmbito da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, por meio do quirógrafo N° 0570, sob a dependência funcional do Comitê Pan-Americano de Juízas e Juízes pelos Direitos Sociais e a Doutrina Franciscana (COPAJU).

MISSÃO

A defesa e promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA).



INSPIRAÇÃO

Fray Bartolomé de las Casas, defensor dos povos originários e precursor dos direitos humanos.

ESTRATÉGIA

Sensibilizar a comunidade acadêmica e o público em geral, além de gerar conhecimento para a tomada de decisões no nível governamental.



Alberto Filippi (Diretor IFBC), Roberto Andrés Gallardo (Presidente COPAJU), Lucas Ciarniello Ibáñez (Secretário Acadêmico) e Eugenio Raúl Zaffaroni (Diretor IFBC).

Diploma Superior

LITÍGIO CLIMÁTICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

A emergência climática é uma das maiores ameaças para a humanidade, com efeitos desproporcionais sobre as comunidades em situação de vulnerabilidade. Na América Latina e no Caribe, os impactos incluem o aumento na frequência de desastres naturais, o deterioramento de biomas cruciais, como a Amazônia, e violações estruturais aos direitos humanos relacionadas à degradação ambiental. Nesse contexto, o litígio climático é uma ferramenta essencial para a proteção do meio ambiente e a exigibilidade dos direitos humanos.

OBJETIVOS

O Diploma Superior em Litígio Climático na América Latina e no Caribe do IFBC, em convênio com a Universidade Nacional de José C. Paz (UNPAZ), busca promover a reflexão crítica sobre temas essenciais da ciência climática, os impactos regionais das mudanças climáticas e os marcos jurídicos internacionais. O objetivo é proporcionar uma compreensão aprofundada das causas das mudanças climáticas, seus efeitos na região, a legislação aplicável e os casos emblemáticos da jurisprudência, permitindo uma tomada de decisões mais informada.

PÚBLICO-ALVO

MAGISTRADAS(OS) E PROFISSIONAIS DO SISTEMA JUDICIAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE.

MODALIDADE

Esta oferta acadêmica foi desenvolvida para ocorrer em um ambiente educacional virtual, que facilite a aprendizagem e a interação entre docentes e estudantes. Será utilizado o Campus IFBC, uma plataforma online que permite armazenar conteúdos, gerenciar atividades acadêmicas e fomentar a comunicação entre os participantes. Os encontros síncronos ocorrerão via Zoom, enquanto a infraestrutura e os recursos das sedes do IFBC em Buenos Aires e Brasília possibilitam a realização de sessões híbridas.

DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA

O diploma tem uma duração total de 6 meses, com a primeira edição prevista para começar em maio de 2025. Os seminários serão ministrados de forma consecutiva de maio a outubro, com um recesso em julho. O workshop de integração será realizado em outubro. A carga horária total é de 200 horas, sendo cumprida por meio de aulas síncronas semanais de 4 horas e atividades assíncronas, como leituras e trabalhos práticos, a serem desenvolvidos no Campus IFBC.

SEIS MESES DE DURAÇÃO

200 CARGA HORÁRIA TOTAL
HORAS

AULAS SÍNCRONAS SEMANAIS DE 4 HORAS VIA ZOOM

PARA MAGISTRADAS(OS) E OPERADORAS(ES) JUDICIAIS DA REGIÃO.

SEDES

O IFBC conta com duas sedes: uma na **Cidade Autônoma de Buenos Aires**, Argentina (Av. Ingeniero Huergo 1189), e outra no Campus da **Universidade Católica de Brasília**, Brasil (QS 07, Lote 01, Taguatinga Sul - Taguatinga, Brasília/DF).



Marcelo Suárez Orozco (Diretor IFBC; Reitor da Universidade de Massachusetts, Boston, Estados Unidos).

Diploma Superior

LITÍGIO CLIMÁTICO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

O COPAJU destacou seu interesse prioritário em trabalhar a emergência climática, dadas suas implicações para a justiça social e os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA). Esse compromisso levou o IFBC, junto com a UNPAZ, a desenvolver um diploma superior que aborda essa problemática ambiental a partir de uma perspectiva judicial, fomentando a exigibilidade dos direitos sociais em toda a região.

QUATRO OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A) Desenvolver uma compreensão integral da ciência climática
- B) Analisar os impactos climáticos regionais
- C) Obter uma visão geral dos marcos jurídicos fundamentais para o litígio climático
- D) Examinar a jurisprudência climática relevante

UNIDADES TEMÁTICAS

O percurso formativo é composto por quatro eixos temáticos e um workshop de integração para o desenvolvimento do trabalho final. Cada unidade temática terá de três a quatro aulas síncronas, com duração aproximada de 3 horas, além de atividades assíncronas realizadas no Campus IFBC.

TRÊS SESSÕES



1 - FUNDAMENTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

2- MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS

3- DADOS CLIMÁTICOS E ATRIBUIÇÃO

UNIDADE 1 INTRODUÇÃO À CIÊNCIA CLIMÁTICA

Princípios básicos da ciência do clima e sua evolução histórica. Como a atividade humana, especialmente a emissão de gases de efeito estufa e aerossóis, contribui para as mudanças climáticas antropogênicas. Processos críticos que influenciam o sistema climático da Terra e a necessidade de conter o aquecimento no curto prazo (próximos 10 a 20 anos) e além de 2050. Uso de dados climáticos para projetar cenários futuros e aplicá-los em litígios específicos. Cadeia causal que relaciona eventos específicos ao fenômeno climático, um processo essencial de atribuição para conectar essas mudanças a impactos no contexto legal e político.

TRÊS SESSÕES

1 - IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

2- MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

3- RISCOS CLIMÁTICOS REGIONAIS E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES



UNIDADE 2 IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Impactos ambientais e socioeconômicos das mudanças climáticas na região: biodiversidade, ecossistemas, recursos hídricos, qualidade do ar e saúde humana. Vulnerabilidades particulares dos países latino-americanos e a interseção entre mudanças climáticas, pobreza e desigualdade. Impacto sobre comunidades vulneráveis, suas estratégias de resiliência e a importância de integrar suas perspectivas, conhecimentos e práticas nos esforços de adaptação climática e justiça processual. Estratégias para preparação diante de desastres naturais, redução de riscos e fortalecimento da resiliência. O papel das políticas governamentais, da ajuda internacional e das iniciativas lideradas pela comunidade.

QUATRO SESSÕES

- 1 - MARCOS LEGAIS E DIREITO INTERNACIONAL
- 2- TÉCNICAS PROCESSUAIS E RECURSOS JUDICIAIS
- 3- CASOS HISTÓRICOS DE LITÍGIOS CLIMÁTICOS
- 4- SANÇÕES JUDICIAIS EFICAZES NO CONTEXTO REGIONAL ATUAL

UNIDADE 3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DIREITO



Os marcos jurídicos internacionais que regulam as mudanças climáticas. O papel das cortes e tribunais internacionais. Efeitos sobre os direitos humanos e a responsabilidade dos Estados. Introdução às categorias de litígios climáticos, técnicas processuais, abordagens inovadoras, tipos de recursos e desafios na execução de ordens judiciais. Casos emblemáticos de litígios climáticos. Interseção entre mudanças climáticas e direitos humanos. Acesso à justiça e legitimidade nos litígios. Responsabilização de atores estatais e não estatais nas políticas climáticas. Sanções existentes nos sistemas judiciais dos países da região relacionadas à justiça climática. Jurisdições ambientais específicas e diretrizes comuns para a criação de tribunais ambientais regionais.

QUATRO SESSÕES

- 1 - CASOS RECENTES E LITÍGIOS CLIMÁTICOS EM ANDAMENTO
- 2- A PROTEÇÃO DO BIOMA E A OBRIGAÇÃO DE CONSULTA PRÉVIA
- 3- OBRIGAÇÃO DE COOPERAÇÃO REGIONAL
- 4- CORPOS JUDICIAIS DE POLÍCIA AMBIENTAL

UNIDADE 4 LITÍGIOS CLIMÁTICOS NA AMÉRICA LATINA

Panorama dos litígios climáticos na região. Desafios e oportunidades judiciais específicas na América Latina. Conceitos fundamentais de antropologia jurídica e direito indígena na proteção de biomas essenciais. Impacto do colonialismo. A Convenção nº 169 da OIT e as consultas prévias. Interdependência dos ecossistemas, desafios comuns e a importância fundamental da cooperação regional no enfrentamento das mudanças climáticas. Necessidade de integrar os corpos técnicos da polícia ambiental às estruturas judiciais. Criação de organismos especializados como um passo para uma justiça ambiental mais eficaz. Sua interação com outros atores centrais. Desafios políticos e orçamentários.



WORKSHOP DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO FINAL

Etapa fundamental no processo de aprendizagem, no workshop de integração os conhecimentos adquiridos serão consolidados e aplicados de forma prática. Um espaço projetado para incentivar a colaboração interdisciplinar, combinando perspectivas jurídicas, sociais e científicas na análise de casos específicos de litígios climáticos.

No projeto final, os participantes colocarão em prática suas habilidades analíticas e criativas, criando propostas que integram elementos teóricos e práticos. O objetivo não é apenas avaliar o que foi aprendido, mas gerar soluções inovadoras e aplicáveis, com iniciativas que reflitam uma abordagem integral e transformadora dos desafios das mudanças climáticas.

Diploma Superior

LITÍGIO CLIMÁTICO NA
AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

PERFIL DE DOCENTES E TUTORES

Os seminários serão conduzidos por docentes especializadas/os em cada tema, convocadas/os após uma pesquisa aprofundada entre instituições de referência na região. Muitas/os integrantes da equipe docente colaboraram com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas. Todas as atividades contarão com acompanhamento de tutoras/es especialistas em educação virtual em direitos humanos.

PERFIL DO EGRESSO



Espera-se que aqueles que obtiverem o Diploma Superior em Litígios Climáticos na América Latina e no Caribe tenham as capacidades para:

- Compreender de forma integral os fundamentos da ciência climática.
- Analisar a evidência científica para avaliar argumentos e provas em casos de litígios climáticos.
- Identificar e avaliar os impactos ambientais e socioeconômicos das mudanças climáticas na América Latina e no Caribe.
- Contextualizar os litígios climáticos no quadro das vulnerabilidades e desafios regionais.
- Aplicar marcos jurídicos internacionais relevantes para as mudanças climáticas.
- Interpretar e utilizar a jurisprudência para fortalecer argumentos em litígios climáticos.
- Estabelecer vínculos entre as mudanças climáticas e a proteção dos direitos humanos.
- Projetar estratégias jurídicas eficazes para casos de litígios climáticos.
- Tomar decisões informadas no âmbito judicial, integrando conhecimentos científicos, jurídicos e do contexto regional.
- Promover práticas judiciais que contribuam para a sustentabilidade e a proteção dos direitos das populações em situação de vulnerabilidade.

CERTIFICAÇÃO

Serão emitidos títulos, os quais serão respaldados pelo **IFBC**, pela **Pontifícia Academia das Ciências Sociais** e por universidades parceiras, como a **Universidade Nacional de José C. Paz**, Argentina.



THE PONTIFICAL
ACADEMY OF SOCIAL
SCIENCES



**PARA MAIS INFORMAÇÕES,
VISITE O CAMPUS IFBC:**

 CAMPUS.INSTITUTODELASCASAS.ORG/



**OU ESCREVA PARA NÓS E NOS
ENCONTRE EM:**

 WWW.INSTITUTODELASCASAS.ORG/
 INFO@INSTITUTODELASCASAS.ORG
 [INSTAGRAM.COM/IFBCARG/](https://www.instagram.com/IFBCARG/)

O impacto das mudanças climáticas na visão do Papa Francisco

“

O MUDANÇA CLIMÁTICA É UM PROBLEMA GLOBAL COM GRAVES DIMENSÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, ECONÔMICAS, DISTRIBUTIVAS E POLÍTICAS, E REPRESENTA UM DOS PRINCIPAIS DESAFIOS ATUAIS PARA A HUMANIDADE. OS PIORES IMPACTOS PROVAVELMENTE RECAIRÃO NAS PRÓXIMAS DÉCADAS SOBRE OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

”



“... hoje não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira proposta ecológica se torna sempre uma proposta social, que deve integrar a justiça nas discussões sobre o ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra quanto o clamor dos pobres”.

“É necessário que os países desenvolvidos contribuam para resolver essa dívida, limitando de maneira significativa o consumo de energia não renovável e fornecendo recursos aos países mais necessitados para apoiar políticas e programas de desenvolvimento sustentável. As regiões e países mais pobres têm menos possibilidades de adotar novos modelos para reduzir o impacto ambiental, porque não possuem a capacitação necessária para desenvolver os processos exigidos e não conseguem cobrir os custos. Por isso, devemos manter com clareza a consciência de que nas mudanças climáticas existem responsabilidades diversificadas”.

“Muitos daqueles que têm mais recursos e poder econômico ou político parecem concentrar-se principalmente em mascarar os problemas ou ocultar os sintomas, tentando apenas reduzir alguns dos impactos negativos das mudanças climáticas. Mas muitos sintomas indicam que esses efeitos podem se agravar ainda mais se continuarmos com os atuais modelos de produção e consumo”.

Carta encíclica *Laudato si'*, sobre o cuidado da casa comum (24 de maio de 2015).

AUTORIDADES

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÕES JURÍDICAS FRAY BARTOLOMÉ DE LAS CASAS (IFBC)

Criado pelo Papa Francisco em 15 de agosto de 2023 no âmbito da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, sob a dependência funcional do Comitê Panamericano de Juízas e Juizes pelos Direitos Sociais e a Doutrina Franciscana (COPAJU).

DIRETORES

- EUGENIO RAÚL ZAFFARONI
- ALBERTO FILIPPI
- MARCELO SUÁREZ OROZCO

SECRETÁRIO ACADÊMICO

- LUCAS CIARNIELLO IBAÑEZ

COMITÉ PANAMERICANO DE JUÍZAS E JUÍZES PELOS DIREITOS SOCIAIS E A DOCTRINA FRANCISCANA (COPAJU)

Constituído conforme a Ata Constitutiva de 4 de junho de 2019 na Cidade do Vaticano e sob a inspiração do Papa Francisco. Constituída como Associação Privada de Fiéis de caráter internacional e como pessoa jurídica dentro da ordem canônica por meio de quirógrafo papal de 15 de agosto de 2023.

PRESIDENTE

- ROBERTO ANDRÉS GALLARDO

VICEPRESIDENTA

- ANA INÉS ALGORTA LATORRE

SECRETÁRIO

- GUSTAVO DANIEL MORENO

VOGAIS

- MARÍA JULIA FIGUEREDO VIVAS
- TAMILA EBRAHIMI IPEMA
- DANIEL DAVID URRUTIA LAUBREAUX
- JANET OFELIA LOURDES TELLO GILARDI

UNIVERSIDADE NACIONAL DE JOSÉ C. PAZ (UNPAZ)

REITOR

- DARÍO KUSINSKY

VICE-REITORA

- SILVIA STORINO

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- CAROLINA CALVELO

